MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas . UNIFAL-MG
Comissão Permanente de Vestibular
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700. Alfenas/MG . CEP 37130-000 Fone: (35) 3299-1090/1272 . Fax: (35) 3291-6020

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Identificação de informações pontuais no texto.
2. Inferência do sentido de palavras a partir do contexto.
3. Estratégias argumentativas empregadas para o convencimento do público (intimidação, sedução, comoção, chantagem, entre outras);
4. Objetivos discursivos do texto (informar ou defender uma opinião, estabelecer contato, promover polêmica, humor etc.).
5. Elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização e estruturação de textos de diferentes gêneros e tipos.
6. A articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.
7. Marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
8. Uso da língua portuguesa padrão em gêneros do discurso oficiais.
9. Redação oficial.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília, 2002.

FAVERO, L. L. Coesão e coerência textuais. 11. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, J. L. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Atica, 2006.

FOLHA DE S. PAULO. Manual da Redação. São Paulo: Publifolha, 2015

GUIMARÃES, E. A articulação do texto. 10. ed. São Paulo: Atica, 2007.

KOCH, I. G. V. Desvendando os segredos do texto. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCUSCHI, L. A. Linguística de texto: o que é e como se faz? São Paulo: Parábola, 2012.

POSSENTI, Sirio. Questões de linguagem : passeio gramatical dirigido. São Paulo: Parábola, 2001.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. Escrever Melhor: guia para Passar os Textos a Limpo. São Paulo: Contexto, 2013.

LEGISLAÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.
2. Procedimentos e Processos Administrativos.
3. Ética no Serviço Público.
4. Normas Constitucionais sobre a Administração Pública (artigos 37 a 41 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).
5. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).
6. Estrutura jurídica, princípios, objetivos e organização da Universidade Federal de Alfenas.
7. Crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de Junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm. Acesso em 13 de abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico - Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em 13 de abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em 13 de abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9784.htm. Acesso em 13 de abr. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 13 de abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. (artigos 312 a 327). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em 13 de abr. 2018

ESTATUTO DA UNIFAL. Resolução 40/2007 do Conselho Superior da UNIFAL-MG. Disponível em: http://www.unifal-mg.edu.br/secretariageral/files/file/Novo_Estatuto_da_UNIFAL-MG,_recomendado_pelo_MEC.pdf. Acesso em 13 de abr. 2018.

NOÇÕES GERAIS DE INFORMÁTICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conhecimentos básicos de Sistemas Operacionais (MS-Windows);
2. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, formatação) com Editores de Texto (MS-Word, OpenOffice - Writer ou Google – Docs);
3. Operações básicas (conceitos básicos, menus, barras de ferramentas, comandos, funções) com Planilhas Eletrônicas (MS - Excel, OpenOffice-Calc ou Google - Docs);
4. Operações básicas de Navegação na Internet (Google - Chrome ou Mozilla – Firefox);
5. Operações básicas de Correio Eletrônico (MS - Outlook Express, Mozilla - Thunderbird, Yahoo! Mail, Google - Gmail ou Microsoft - Hotmail);
6. Noções de segurança: conceitos de vírus (spyware, spam, worms etc.) acesso a sites seguros, cuidados e prevenções.

Serão consideradas as versões lançadas a partir do ano de 2012 para todos os produtos citados no Programa.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Manuais e opções de ajuda dos produtos citados no Programa.

CENTRO DE ESTUDOS, RESPOSTA E TRATAMENTO DE INCIDENTES DE SEGURANÇA NO BRASIL. Cartilha de segurança para internet. 2. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012. Disponível em: <http://cartilha.cert.br/livro/>. Acesso em: 15 de abril. 2018.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Licitações e Contratos Públicos: princípios, conceitos, modalidades, tipos, dispensa e inexigibilidade.
2. Administração Pública: princípios, conceitos. Evolução da administração pública (modelos de administração pública: patrimonialista, burocrática e gerencial). Burocracia: princípios e disfunções. Governabilidade, Governança e Accountability. Controle da Administração Pública. Administração Participativa.
3. Orçamento Público: Conceito. Instrumento de Planejamento da administração pública. Princípios orçamentários. Receita e Despesa: conceito, classificação e etapas.
4. Contabilidade Pública: Conceito. Objeto da contabilidade.
5. Normas de redação de correspondência oficial.
6. Procedimentos gerais referentes à gestão de processos e correspondências, no âmbito da Administração Pública Federal. Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ALBUQUERQUE, C. M. de.; Medeiros, M. B.; Silva, P. H. F. da. **Gestão de finanças públicas.** 2. ed. Brasília, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000**. Aprova o Regulamento para modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República de 1988.** CAPÍTULO VII (somente os artigos 37 a 41).

BRASIL. Lei **Complementar nº 101, de 4 de maio 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de

Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior.– 2. ed. rev. e atual. – Brasília: Presidência da República, 2002.

MAXIMIANO, A. C. A.. **Teoria Geral da Administração:** da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

~~MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de administração pública:** foco nas Instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas. 2008.~~
MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporâneo**.4. ed. São Paulo: Atlas. 2012. **Retificado em 17-04-2018.**

MEDEIROS, P.H.R. **Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal.** Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302006000200008 . Acesso em 12 de abril de 2018

PAULA, A.P.P. **Por uma nova gestão pública.** Rio de Janeiro: FGV Editora. 2016

PINHO, J.A.G. **Reforma do aparelho do estado: limites do gerencialismo frente ao paternalismo.** Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92301998000200003. Acesso em 12 de abril de 2018

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.677, de 7 de outubro de 2015. http://www.planejamento.gov.br/protocolo-eletronico-1/portaria-interministerial-mj-e-mp-no-1677-2015-procedimentos-de-protocolo.pdf/view. Acesso em 12 de abril de 2018.

REZENDE, F. A. **Finanças públicas.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, C. S. dos. **Introdução à gestão pública.** São Paulo: Saraiva, 2006.